CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 07/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 02/03/2026

PRESENÇAS	
PRESIDENTE:	LUÍS MIGUEL HORTA METROGOS
VEREADORES:	ANA ISABEL CANDEIAS MILHANO, em substituição do Vereador ANTÓNIO JOAQUIM VINAGRE PADEIRINHA LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE RUTE ISABEL VINAGRE FREITAS BELGA RUI MIGUEL DA SILVA MOISÉS, em substituição do Vereador Rui Miguel Candeias Cardoso

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 15:20 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:	**FALTAS INJUSTIFICADAS:**

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 24 /02/2026

CAIXA	262,06€
FUNDO DE MANEIO 2 –JOÃO PEDRO VALÉRIO PARRA MARTINHO ANTUNES	52,00 €
DEPÓSITO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.395.223,67€
C.G.D. - CONTA N.º 0035/ 00000345430	575.250,96 €
C.G.D. - CONTA N.º 0035/00004293431	3.133,61€
C.G.D. - CONTA N.º 0035/00005537330	4.415,75€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	600,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	14.329,24€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950	3.612,00€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.024,11€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/0E00119E23950	674,24
C.G.D. – CONTA Nº 0035/00207142150	9.055,28€
B.T.A.–CONTA N.º 0018/10814784001	243.631,98€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	260.272,43 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/ 40122579668	230.514,02€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.007,65€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41€
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	7.716,26€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.598.194,3€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.457.510,28€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	140.684,11 €

O Senhor Presidente, declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença de cinco membros do órgão, tendo o Senhor Vereador António Padeirinha sido substituído pela Senhora Vereadora Ana Milhano e o Senhor Vereador Rui Cardoso sido substituído pelo Senhor Vereador Rui Moisés. ----------
Começou por cumprimentar as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os Técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião e a todos os que iriam assistir através das redes sociais. ----------

São os seguintes os pontos da ordem de trabalhos desta reunião: ----------
1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; ----------
2) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara; ----------
3) Proposta de não exercício do Direito de Preferência relativamente à venda do imóvel sito na Rua 1º de Maio, n.ºs 4 e 6, em Alcáçovas;----------
4) Proposta de não exercício do Direito de Preferência relativamente à venda do imóvel sito na Rua Tomás Ribas, n.º 8, Loteamento Chão do Mocho, em Alcáçovas; ----------

Período de antes da ordem do dia- Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o Período de Antes da Ordem do Dia. ----------
Havendo público presente na sala, o Senhor Presidente perguntou se alguém desejava intervir, não tendo sido manifestada qualquer intenção nesse sentido. ----------
Deu, de seguida, início ao período de antes da ordem do dia, começando por afirmar: "Deixem-nos trabalhar, por favor". A este propósito, referiu que, na última reunião da Assembleia Municipal, realizada na sexta-feira anterior, se verificara uma situação inédita no concelho, na medida em que os partidos da oposição, designadamente a CDU e o Chega, tinham votado contra uma alteração orçamental que permitiria a integração do saldo de gerência, no montante de cerca de 1,3 milhões de euros.----------
Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Presidente salientou que as verbas em causa eram essenciais ao funcionamento do Município e à continuidade dos processos em curso. Considerou que o voto contra da oposição demonstrava, na sua perspetiva, uma intenção de condicionar o trabalho da Câmara Municipal, dificultando a obtenção de resultados. ----------
Referiu que a aproximação entre a CDU e o Chega poderia comprometer o desenvolvimento do Concelho, reiterando que o Executivo não dispunha de maioria e que, por esse motivo, era necessário ouvir os restantes eleitos, promover a articulação e trabalhar em conjunto. Contudo, considerou que, caso a oposição continuasse a inviabilizar o trabalho do Executivo, a colaboração entre os eleitos ficaria comprometida, reiterando o apelo para que lhe fosse permitido trabalhar. ----------
O Senhor Presidente dirigiu-se, de seguida, aos Senhores Vereadores e às Senhoras Vereadoras, afirmando que a oposição tinha acordado a realização de reuniões de Câmara semanais, o que, na sua opinião, implicava a duplicação de custos e o trabalho dos funcionários municipais. A este propósito, observou que a reunião em curso tinha apenas quatro pontos na ordem de trabalhos. ----------
Acrescentou que, na última sessão da Assembleia Municipal, os documentos que haviam sido aprovados em reunião de Câmara tinham sido reprovados naquele órgão, situação que, segundo referiu, obrigaria à realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, com os inerentes custos adicionais para o Município. ----------

Neste contexto, apelou aos eleitos da oposição para que refletissem sobre as consequências das suas decisões e permitissem o normal desenvolvimento do trabalho do Executivo. ---------
Recordou, ainda, que, na Assembleia Municipal, tinha assumido o compromisso de reunir com as doceiras, com vista à procura de uma solução para a realização da Mostra de Doçaria, garantindo que esse compromisso seria concretizado. Concluiu, considerando que o voto contra da oposição não tinha justificação, na sua perspetiva, para além de condicionar o funcionamento da Câmara Municipal. ----------
O Senhor Presidente reiterou o apelo para que fosse permitido ao Executivo desenvolver o seu trabalho, referindo que a intenção inicial era privilegiar as ações de manutenção e reparação dos caminhos e dos edifícios municipais, em detrimento de uma maior despesa com eventos. Contudo, considerou que a posição conjunta da CDU e do Chega inviabilizava essa opção, pelo que o Executivo teria de reverter decisões anteriormente tomadas, deixando de realizar alguns eventos e voltando a incluí-los no Orçamento Municipal. ----------
Reconheceu que a situação decorria do funcionamento democrático das instituições, mas voltou a apelar à oposição para que permitisse ao Executivo exercer as suas funções.----------
Dirigindo-se à população do concelho, deixou uma mensagem de confiança, afirmando que, apesar das dificuldades que, na sua perspetiva, estavam a ser criadas ao trabalho do Executivo, designadamente através do condicionamento da sua atividade e da realização de mais reuniões de Câmara e de sessões extraordinárias da Assembleia Municipal, o compromisso de trabalhar em prol do Concelho mantinha-se. ----------
De seguida, deixou um agradecimento aos representantes do Concelho na BTL, em particular à Olaria e ao oleiro, Senhor Agostinho, pela divulgação dos seus produtos naquele certame. -
O Senhor Presidente alargou os agradecimentos aos Chocalhos Pardalinho, pela sua participação na BTL, bem como ao Doutor José Carlos Sítima, pela divulgação dos vinhos Hortas Velhas. Agradeceu, igualmente, a todos os trabalhadores do Município que contribuíram para a dinamização da presença municipal naquele certame, destacando, em particular, o trabalho desenvolvido pelo Técnico Germano Fernandes, que considerou exemplar. ----------
Prosseguindo a sua intervenção, abordou a candidatura apresentada no âmbito do projeto *Places of Peace* (Sítios da Paz), referindo que, conforme divulgado nas redes sociais do Município, a Comissão Europeia tinha comunicado, no passado dia 25 de fevereiro, a aprovação da candidatura transnacional, atribuindo ao Paço dos Henriques a Marca do Património Europeu. ----------
A este propósito, explicou que a Marca do Património Europeu constitui uma iniciativa da União Europeia e que a candidatura foi desenvolvida em conjunto com outros locais associados à celebração de tratados de paz, à semelhança do que sucedeu no Paço dos Henriques. Salientou, ainda, a importância desta distinção para valorizar o caráter europeu de um dos princípios fundamentais da União Europeia: a paz. ----------
O Senhor Presidente acrescentou que esta distinção assumia particular relevância face aos acontecimentos vividos nos últimos tempos, na medida em que promove os elementos comuns da história europeia e os valores partilhados pelos Estados-Membros da União Europeia. Manifestou a expectativa de que a atribuição da Marca do Património Europeu contribuísse para reforçar a visibilidade, a nível europeu, dos sítios abrangidos pela iniciativa, incluindo o Paço dos Henriques.----------
Salientou, neste contexto, a necessidade de assegurar, com urgência, a manutenção e a valorização daquele espaço, por forma a garantir que apresentasse as condições adequadas à importância histórica e patrimonial que lhe é reconhecida. Referiu, ainda, que a candidatura

tinha sido aprovada pela Rede Europeia de Sítios da Paz, da qual o Município de Viana do Alentejo faz parte desde 2016, reforçando, assim, a responsabilidade de manter o Paço dos Henriques nas melhores condições possíveis e de dar continuidade ao trabalho desenvolvido neste âmbito.----------

Interveio, de seguida, a Senhora Vereadora Ana Milhano que cumprimentou os Senhores Vereadores e as Senhoras Vereadoras, os técnicos do Município, o público presente e todos os que acompanhavam a reunião através da gravação.----------

A Senhora Vereadora prestou informações sobre o programa de prescrição cultural, anteriormente abordado em reunião de Câmara, explicando que se tratava de uma resposta inovadora que visava promover a saúde mental e o bem-estar da comunidade, assente no princípio de que a participação em atividades culturais contribui positivamente para a saúde.

Referiu que o programa resulta da articulação entre as Unidades Locais de Saúde, nomeadamente os centros de saúde e os respetivos profissionais, as autarquias e os agentes culturais, procurando mobilizar recursos e atividades existentes, preferencialmente no concelho. ----------

Identificou como principais destinatários pessoas com sintomas ligeiros de ansiedade ou depressão, bem como pessoas em situação de vulnerabilidade ou isolamento social. ----------

Por último, apresentou algumas das respostas culturais já disponíveis no concelho, promovidas pelo Município e pelas associações locais, designadamente atividades nas bibliotecas, aulas de dança para adultos, cante alentejano, teatro e passeios culturais, entre outras.----------

A Senhora Vereadora Ana Milhano acrescentou que, de acordo com a evidência científica, a participação regular em atividades culturais contribui para a redução dos sintomas de ansiedade e depressão, bem como para o aumento da autoestima e da qualidade de vida. Salientou que o programa pretende complementar os cuidados clínicos através de respostas de natureza cultural, adequadas às necessidades de cada pessoa.----------

Esclareceu que a referenciação pode ser efetuada pelos próprios utentes ou pelos profissionais de saúde, sendo posteriormente realizada uma avaliação pelos médicos de família que, em articulação com os utentes, determinarão a resposta mais adequada a cada situação. ----------

Por fim, informou que já tinha decorrido uma reunião com os médicos do Centro de Saúde do concelho, os quais manifestaram disponibilidade para participar no programa, tendo recebido as informações necessárias e testado a plataforma, encontrando-se, assim, em condições de iniciar a prescrição cultural.----------

A Senhora Vereadora Ana Milhano informou, ainda, que, no passado dia 20, se realizou uma reunião com o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central (ULSAC), na qual foram abordadas, uma vez mais, as situações dos utentes do concelho que se encontram sem médico de família, as obras em curso nas unidades de saúde e a reabilitação do Centro de Saúde de Viana do Alentejo.----------

Referiu que, durante a reunião, foi igualmente reiterada a necessidade de reforçar o número de médicos no concelho, salientando que o processo de contratação é da responsabilidade daquela entidade, encontrando-se o Município a aguardar uma resposta. ----------

Acrescentou que, no mesmo dia, decorreram entrevistas com médicos, tendo um ou dois manifestados interesses em exercer funções no concelho. ----------

A Senhora Vereadora Ana Milhano acrescentou que, até à data, o Município ainda não tinha recebido qualquer resposta, mantendo-se, contudo, a expectativa de obter uma posição da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central. Reiterou que o objetivo da reunião tinha sido reforçar a preocupação do Município com a falta de médicos e manifestar a disponibilidade

para colaborar na identificação de medidas que contribuam para a fixação de profissionais de saúde no concelho. ----------
Informou, igualmente, que ficou acordada a realização de uma reunião com toda a equipa multidisciplinar do Centro de Saúde, com vista a identificar oportunidades de melhoria dos serviços prestados, ouvir os utentes e compreender melhor as suas necessidades, de modo a encontrar respostas mais adequadas. ----------
Referiu, por último, que ficou prevista uma visita do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central ao Centro de Saúde de Viana do Alentejo, em princípio durante o mês de abril. ----------
Concluída a intervenção da Senhora Vereadora, o Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e acrescentou que o Município tinha insistido, por diversas vezes, junto da Ministra da Saúde, procurando obter uma resposta aos contactos efetuados. Referiu que, desde a última informação transmitida sobre o assunto, tinham sido realizadas novas tentativas de contacto e enviados mais correios eletrónicos, sem que, até àquele momento, tivesse sido possível obter qualquer resposta.----------
O Senhor Presidente reiterou que o Município não desistiria de diligenciar junto da Ministra da Saúde, afirmando que, caso necessário, se deslocariam presencialmente para insistir na obtenção de uma resposta. De seguida, deu por concluída a sua intervenção e passou a palavra ao Senhor Vereador.----------
O Senhor Vereador Luís Duarte cumprimentou o Senhor Presidente, as Senhoras Vereadoras e os Senhores Vereadores, os técnicos do Município, o público presente e todos os que acompanhavam a reunião através das redes sociais. ----------
Antes de abordar os assuntos que tinha preparado, pronunciou-se sobre as afirmações do Senhor Presidente relativas ao alegado condicionamento do trabalho do Executivo, manifestando a sua discordância. Esclareceu que a bancada da CDU na Assembleia Municipal tinha votado contra a alteração orçamental por uma razão específica, que, segundo referiu, tinha sido devidamente explicada. Acrescentou que pretendia desenvolver esse fundamento mais adiante na sua intervenção. ----------
Por fim, considerou existir uma contradição entre o apelo do Senhor Presidente à necessidade de ouvir os restantes eleitos e a forma como, na sua perspetiva, este tinha conduzido o assunto da alteração orçamental.----------
Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Vereador reiterou a discordância relativamente ao apelo do Senhor Presidente para que os eleitos se ouvissem mutuamente, considerando que não tinha existido diálogo prévio com a oposição relativamente ao cancelamento de iniciativas. Pronunciou-se, igualmente, sobre as afirmações relativas ao aumento dos custos das reuniões de Câmara, contestando essa interpretação. Referiu que, anteriormente, apenas um funcionário assegurava o secretariado das reuniões de Câmara, enquanto, atualmente, eram dois, e que, nas reuniões da Assembleia Municipal, o número de funcionários afetos a essa tarefa teria passado de dois para três. Acrescentou que, na sua perspetiva, os tempos de duração das reuniões e os procedimentos relativos à elaboração das atas se mantinham idênticos aos anteriormente praticados.----------
Relativamente à candidatura do Paço dos Henriques à Marca do Património Europeu, felicitou o Município pela aprovação alcançada, recordando que a candidatura havia sido submetida em 28 de fevereiro pelo anterior Executivo. Salientou a importância desta aprovação para o concelho, reconhecendo, contudo, que cabia ao atual Executivo dar continuidade ao trabalho e valorizar a distinção obtida. ----------

O Senhor Vereador prosseguiu a sua intervenção, referindo que pretendia tecer algumas considerações sobre os acontecimentos recentes e as declarações proferidas pelo Senhor Presidente. ----------

A este propósito, contestou as afirmações do Senhor Presidente, em diversas ocasiões, de que a Mostra de Doçaria teria vindo a registar resultados negativos nos últimos anos e de que a falta de investimento conduziria ao declínio dos eventos. Considerou existir uma incongruência nestas afirmações, recordando que já tinha reconhecido, na sequência da edição de 2024 da Mostra de Doçaria, que esta tinha registado um desempenho menos positivo. ----------

O Senhor Vereador acrescentou que não considerava que a Mostra de Doçaria tivesse registado um declínio continuado ao longo dos anos, recordando que várias edições realizadas durante os quatro anos do anterior Executivo tinham alcançado resultados positivos, à semelhança da edição mais recente. ----------

Argumentou que, se o alegado desinvestimento ao longo desse período tivesse comprometido efetivamente a iniciativa, não seria expectável que esta tivesse recuperado de forma tão significativa de uma edição para a seguinte, apenas com um reforço do investimento em publicidade. Na sua perspetiva, a edição mais recente não tinha introduzido alterações significativas na organização da Mostra, para além do investimento promocional e da alteração da localização da tenda, considerando que o reforço da publicidade tinha sido determinante para os resultados alcançados. ----------

Concluiu, assim, questionando a afirmação de que a falta de investimento conduz necessariamente ao declínio das iniciativas, por entender que a evolução da Mostra de Doçaria não sustentava essa conclusão.----------

O Senhor Vereador acrescentou que a localização da tenda apenas era conhecida pelos visitantes após a sua chegada ao recinto, pelo que, na sua opinião, esse fator não teria influenciado significativamente a afluência de público. ----------

Referiu, igualmente, que os doceiros continuaram a participar nas edições anteriores, tendo comercializado os seus produtos, embora, segundo indicou, em menor quantidade, e que alguns teriam mesmo esgotado os produtos disponíveis. Com base nestes elementos, questionou a explicação de que o alegado desinvestimento teria conduzido ao declínio da Mostra de Doçaria, considerando que a recuperação registada de uma edição para a seguinte não seria compatível com essa justificação. ----------

O Senhor Vereador Luís Duarte defendeu que, relativamente à organização da Mostra de Doçaria, o Executivo deveria promover a auscultação dos principais intervenientes, de forma a recolher contributos para a definição do modelo a adotar nas próximas edições.----------

Esclareceu que, na perspetiva da bancada que representava, não cabia à oposição interferir nas decisões relativas ao local ou ao formato do evento, mas sim assegurar que a iniciativa se realizasse e cumprisse os seus objetivos. Nesse sentido, recomendou que fossem ouvidas a Confraria, as associações participantes, os doceiros e os artesãos, entre outros intervenientes relevantes, antes de serem tomadas decisões sobre a organização da Mostra. ----------

Acrescentou que, posteriormente, o Executivo deveria apresentar à oposição as necessidades financeiras associadas ao modelo escolhido, para que esta pudesse apreciar e viabilizar as verbas necessárias. ----------

Por último, esclareceu que a bancada da CDU tinha viabilizado a integração do saldo de gerência, mas não a alteração orçamental relativa à distribuição das verbas pelas respetivas rubricas, distinguindo, assim, as duas matérias.----------

O Senhor Vereador voltou a esclarecer que a bancada da CDU tinha votado favoravelmente o ponto relativo à integração do saldo de gerência, mas não a proposta de distribuição das verbas pelas respetivas rubricas orçamentais, respeitante ao montante de cerca de 1.300.000 euros transitado do Executivo anterior. ----------
Contestou, assim, a interpretação de que a oposição teria inviabilizado a integração do saldo, considerando que essa posição não correspondia ao sentido da votação realizada. ----------
Explicou que as iniciativas em causa, bem como outras despesas previstas, já se encontravam identificadas no Orçamento Municipal aprovado, embora inscritas nas rubricas de "não definido". Salientou que essas rubricas contemplavam valores e que as iniciativas pretendidas pelo atual Executivo estavam discriminadas nos documentos orçamentais. ----------
Acrescentou que, segundo o procedimento habitualmente adotado pelo Município, aquando da integração do saldo de gerência, as verbas são reforçadas nas rubricas de «não definido» já previstas no orçamento, defendendo que deveria ser tido em conta esse enquadramento na análise da alteração orçamental em discussão. ----------
O Senhor Vereador acrescentou que, independentemente do entendimento sobre a alteração orçamental, considerava que situações semelhantes já tinham ocorrido no mandato anterior, recordando que algumas propostas aprovadas em reunião de Câmara acabaram por ser rejeitadas pela Assembleia Municipal. ----------
A título de exemplo, referiu o mapa de pessoal e a Carta Educativa, bem como alguns regulamentos, que, segundo indicou, tinham sido viabilizados em reunião de Câmara e posteriormente rejeitados na Assembleia Municipal. Salientou que o Senhor Presidente também tinha integrado o Executivo durante esse período, considerando que os mesmos critérios de análise deveriam ser aplicados a situações semelhantes, independentemente de quem estivesse no exercício de funções. ----------
O Senhor Vereador questionou, assim, a interpretação de que a rejeição de documentos pela Assembleia Municipal constituía, por si só, uma demonstração de falta de colaboração ou de preparação por parte do Executivo, defendendo que essa avaliação deveria ser feita de forma coerente em todos os casos. ----------
Relativamente ao cancelamento de iniciativas, contestou ainda a justificação apresentada pelo Senhor Presidente, afirmando que a intenção do Partido Socialista de realizar determinadas iniciativas de dois em dois anos já tinha sido manifestada publicamente e abordada em reuniões anteriores. ----------
Prosseguindo, contestou, de seguida, a informação relativa à verba de 18.000 euros inscrita na rubrica da Mostra de Doçaria, afirmando dispor de elementos que sustentavam a sua posição e que se disponibilizava a apresentar. ----------
Explicou que, nos anos anteriores, as verbas destinadas às iniciativas realizadas no final do ano eram ajustadas em função da execução orçamental, sobretudo quando o orçamento ainda não se encontrava aprovado e as alterações tinham de ser submetidas à apreciação dos órgãos municipais. Referiu que, através da análise das rubricas orçamentais e da identificação de saldos disponíveis, nomeadamente em despesas com pessoal, combustíveis e outras áreas, era possível reforçar as rubricas com menor dotação. ----------
Acrescentou que este procedimento, que designou informalmente como «rapar o tacho», tinha sido utilizado pelo anterior Executivo em anos consecutivos e que, na sua perspetiva, seria também essa a metodologia a adotar caso se tivesse mantido em funções. Considerou, por fim, que o atual Executivo tinha seguido um procedimento semelhante para reforçar as verbas destinadas às iniciativas municipais. ----------

O Senhor Vereador acrescentou que, mesmo estando inicialmente inscrita uma verba de 18.000 euros para a Mostra de Doçaria, a realização do evento seria assegurada através do reforço da respetiva rubrica, mediante alteração orçamental. Considerou, por isso, que a referência ao montante inscrito constituía uma justificação infundada, uma vez que o procedimento de reforço das verbas era conhecido e habitualmente utilizado.----------
Manifestou, ainda, o seu desagrado perante aquilo que considerou ser uma reação diferenciada às suas intervenções, afirmando sentir que as suas posições eram desvalorizadas por serem apresentadas por si.----------
A este propósito, recordou ter referido, numa reunião anterior, que a Mostra de Doçaria completaria, naquele ano, 25 anos desde a sua primeira edição, afirmando que o Senhor Presidente e o Senhor Vereador teriam reagido com estranheza à sua afirmação. Contrapôs que, na sessão da Assembleia Municipal, a referência à realização da 25.ª edição da Mostra de Doçaria foi repetida em diversas intervenções, sem que os referidos eleitos tivessem apresentado qualquer correção, acrescentando que tal poderia ser confirmado através da gravação da sessão.----------
O Senhor Vereador retomou o assunto, esclarecendo que, quando afirmou, na reunião anterior, que a Mostra de Doçaria assinalaria 25 anos desde a sua primeira edição, o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente teriam contestado essa informação, referindo a existência de duas edições que não deveriam ser contabilizadas, pelo que a edição em causa corresponderia à 23.ª. ----------
Em contraponto, referiu que, na Assembleia Municipal, a referência aos 25 anos da Mostra de Doçaria e à realização da sua 25.ª edição teria sido feita por diversas vezes, sem que os eleitos em causa tivessem apresentado qualquer esclarecimento ou correção. Considerou que esta diferença de reação evidenciava a forma como, na sua perspetiva, eram recebidas as suas intervenções, acrescentando que se tratava apenas de um apontamento a esse respeito. -----
Por fim, manifestou satisfação pelo facto de o atual Executivo reconhecer aspetos positivos do mandato anterior.----------
O Senhor Vereador destacou, ainda, dois aspetos que considerou positivos no reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo anterior Executivo.----------
Em primeiro lugar, referiu uma intervenção do Senhor Vereador António Padeirinha, ausente na reunião, na qual este terá reconhecido que o Município não tinha despendido de verbas avultadas em espetáculos. Manifestou satisfação por considerar que tal afirmação contrariava as críticas relativas a alegados gastos excessivos em concertos e outras iniciativas. ----------
Em segundo lugar, salientou que o Senhor Presidente reconhecera o mérito da implementação da recolha porta a porta de resíduos recicláveis, considerando tratar-se de uma medida positiva adotada anteriormente.----------
O Senhor Vereador Luís Duarte manifestou satisfação pelo reconhecimento de algumas medidas implementadas pelo anterior Executivo, lamentando, contudo, que esse reconhecimento não ocorresse com maior frequência. Referiu que, quando exercia funções, tinha reconhecido publicamente iniciativas desenvolvidas por executivos anteriores, independentemente da sua orientação política, considerando que essa postura nem sempre se verificava por parte do atual Executivo. ----------
Questionou, de seguida, a afirmação reiterada pelo Senhor Presidente de que os recursos financeiros do Município não eram suficientes para concretizar todas as iniciativas, referindo que essa ideia tinha sido expressa por diversas vezes, tanto nas reuniões de Câmara como na Assembleia Municipal. Perguntou qual era, nesse aspeto, a diferença relativamente ao

mandato anterior, salientando que também então não existiam recursos para dar resposta a todas as necessidades e que era necessário estabelecer prioridades.----------
A título de exemplo, referiu o investimento realizado na Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, indicando que a intervenção teria representado um custo próximo de dois milhões de euros, dos quais cerca de um milhão teria sido suportado pelo Município, apesar do apoio financeiro recebido. ----------
O Senhor Vereador esclareceu que, no caso da intervenção na Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, cerca de um milhão de euros tinha sido suportado diretamente pelo orçamento municipal, sem qualquer comparticipação externa, afirmando que o Senhor Presidente tinha conhecimento dessa situação. Acrescentou que outras obras promovidas pelo anterior Executivo tinham beneficiado de apoios na ordem dos 85%, tendo o Município assegurado o financiamento da parcela remanescente. ----------
Questionou, assim, a diferença entre a atuação do anterior e do atual Executivo, salientando que, durante o mandato anterior, não tinham sido suspensas iniciativas por insuficiência de verbas e que várias obras então iniciadas se encontravam em curso, algumas das quais, na sua perspetiva, já deveriam estar concluídas. Referiu, em particular, a intervenção na escola, considerando que os trabalhos eram visíveis e do conhecimento da população. ----------
O Senhor Vereador defendeu que a situação financeira do Município deveria ser apresentada com rigor, afirmando que Viana do Alentejo não se encontrava numa situação financeira desfavorável. Esclareceu que os empréstimos existentes à data em que iniciou funções se mantinham, no essencial, dentro dos níveis anteriormente registados, referindo que, durante o mandato, tinha sido contraído um novo empréstimo, mas também amortizada parte dos empréstimos existentes. Considerou que estas operações se enquadravam na gestão corrente do Município e não correspondiam à criação de dívidas decorrentes de alegados gastos excessivos. ----------
Reconheceu, contudo, que o atual Executivo tinha de assegurar o cumprimento de vários compromissos assumidos anteriormente, concordando que estes deveriam ser concluídos. A este propósito, referiu, designadamente, a conclusão das intervenções nas extensões de saúde e a ampliação do Centro de Saúde, considerando que algumas dessas obras poderiam estar já próximas da conclusão ou mesmo concluídas.
O Senhor Vereador enumerou outros compromissos assumidos pelo anterior Executivo, designadamente a construção de três campos de padel, incluindo um em Alcáçovas, a intervenção no quartel da GNR, a aquisição de um autocarro elétrico, a obra na escola da Guia e a ampliação da Zona Industrial de Alcáçovas.
Questionou se estes compromissos poderiam ser considerados negativos para o Município ou se representavam investimentos prejudiciais, defendendo que se tratava de projetos com interesse para o concelho. Acrescentou que a situação seria diferente caso tivessem sido deixadas dívidas de montante elevado decorrentes de despesas excessivas, o que, na sua perspetiva, não correspondia à realidade.----------
Referiu, por fim, que, entre os compromissos mencionados, apenas a ampliação da Zona Industrial de Alcáçovas e o loteamento da Lindina, deveriam ser distinguidos dos restantes.--
O Senhor Vereador acrescentou que, com exceção do campo de padel, os restantes investimentos referidos dispunham de financiamento, sendo alguns comparticipados a 100% e outros a 85%. Considerou, por isso, que a referência reiterada do Senhor Presidente aos compromissos herdados do anterior Executivo poderia transmitir uma imagem de dificuldades

financeiras ou de encargos desfavoráveis que, na sua perspetiva, não correspondia à natureza desses projetos.----------
Referiu, ainda, que o anterior Executivo tinha deixado outros projetos preparados e com financiamento assegurado, os quais não tiveram continuidade por decisão do atual Executivo. Reconheceu, contudo, que compete ao Executivo em funções definir as prioridades e decidir quais os projetos a concretizar, considerando tratar-se de uma opção de gestão que não pretendia contestar. ----------
O Senhor Vereador concluiu a sua intervenção, afirmando que, embora pudesse discordar das opções tomadas pelo atual Executivo, reconhecia a este a competência para definir as prioridades de gestão. ----------
O Senhor Presidente voltou a referir que a Assembleia Municipal tinha aprovado a demonstração orçamental, na qual constava o saldo de gerência no montante de 1.300.000 euros, mas tinha rejeitado a alteração modificativa necessária à sua integração no orçamento municipal para 2026. Defendeu, assim, que a oposição tinha votado contra a incorporação daquele saldo, esclarecendo que a aprovação da demonstração orçamental não permitia, por si só, integrar a verba no orçamento do ano em curso. ----------
O Senhor Vereador insistiu na necessidade de esclarecer o procedimento, questionando se, caso a oposição tivesse votado contra a demonstração orçamental, o Executivo teria conseguido distribuir o saldo pelas diferentes rubricas através da alteração orçamental. -------
O Senhor Presidente voltou a referir que a alteração modificativa tinha sido rejeitada e que, por esse motivo, o saldo não podia ser integrado no orçamento de 2026. Perante a insistência do Senhor Vereador, considerou que não seria útil prolongar o diálogo sobre a mesma questão e passou a responder a outras afirmações, nomeadamente à alegada falta de diálogo com a oposição, recordando que o Senhor Vereador estivera presente numa reunião de Câmara em que o assunto tinha sido abordado. ----------
O Senhor Presidente afirmou que, no período de antes da ordem do dia, o Executivo tinha anunciado expressamente os eventos que não se realizariam, considerando, por isso, que não correspondia à verdade a afirmação de que não tinha havido diálogo com a oposição sobre essa matéria. ----------
Recordou que o assunto tinha sido abordado na reunião de Câmara e que, posteriormente, fora submetida a votação a alteração modificativa, tendo o Partido CHEGA votado favoravelmente. Insistiu que o Senhor Vereador Luís Duarte deveria recordar-se dessa discussão, sugerindo, caso subsistissem dúvidas, a consulta da gravação da reunião. Acrescentou que, nessa ocasião, o Senhor Vereador tinha utilizado expressões que considerou particularmente duras.----------
Relativamente à Mostra de Doçaria, o Senhor Presidente afirmou que a recuperação do evento só tinha sido possível devido ao investimento significativo realizado pelo atual Executivo. -----
Considerou que as alterações introduzidas na organização da Mostra de Doçaria tinham sido significativas, destacando, em particular, o investimento na divulgação do evento, que, na sua perspetiva, não tinha recebido a devida atenção durante o mandato anterior. Afirmou que esse esforço contribuiu para atrair público e referiu que alguns produtores de doçaria tinham deixado de participar devido a experiências anteriores, tendo o atual Executivo desenvolvido contactos para assegurar a presença de novos participantes e garantir uma maior adesão. ----
Acrescentou que o trabalho de mobilização dos produtores tinha exigido um esforço considerável, manifestando a expetativa de que as próximas edições continuassem a ter bons resultados, embora reconhecesse que tal não poderia ser garantido. ----------

Relativamente à votação da alteração modificativa, o Senhor Presidente afirmou que o compromisso de dialogar com os produtores de doçaria tinha sido assumido na Assembleia Municipal, perante os presentes, incluindo os membros da oposição. Considerou, por isso, que não existia justificação para o voto contra, uma vez que, segundo explicou, seria possível avançar posteriormente com uma nova alteração orçamental.----------

O Senhor Presidente considerou que a rejeição da alteração modificativa não fazia sentido e representava, na sua perspetiva, um condicionamento à atuação dos serviços municipais, por impedir a integração de 1.300.000 euros no orçamento de 2026. Salientou que, no seu entendimento, tratava-se de uma verba demasiado significativa para que a respetiva integração fosse rejeitada pela Assembleia Municipal, referindo que tal situação ocorria pela primeira vez.----------

Acrescentou que, em mandatos anteriores, o Senhor Vereador tinha manifestado desagrado perante votos contra da oposição, mas que, segundo afirmou, nunca anteriormente a oposição tinha votado contra uma alteração orçamental daquela natureza. O Senhor Presidente referiu ainda que os eleitos tinham tido tempo para analisar a documentação relativa à alteração modificativa. ----------

Em resposta às referências do Senhor Vereador Luís Duarte a votações divergentes entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, afirmou que pretendia recordar um caso concreto em que tinha participado e que, segundo indicou, esteve na origem de uma alteração, embora a gravação não permita identificar com clareza o assunto em causa. ----------

O Senhor Presidente esclareceu que o único caso em que tinha participado diretamente e no qual se verificara uma diferença de sentido de voto entre a reunião de Câmara e a Assembleia Municipal estava relacionado com o prazo de disponibilização dos documentos. ----------

Referiu que, anteriormente, alguns documentos eram disponibilizados tardiamente, por vezes apenas na véspera da reunião de Câmara. A título de exemplo, mencionou uma situação em que dispôs de menos de 24 horas para analisar os documentos previsionais, considerando insuficiente o tempo disponível para apreciar devidamente matérias daquela importância. ---

Acrescentou que essa circunstância justificava a diferença de sentido de voto entre os dois órgãos, uma vez que, na Assembleia Municipal, já tinha existido mais tempo para analisar a documentação. ----------

O Senhor Presidente contrapôs que, ao contrário do que acontecia anteriormente, a documentação relativa às reuniões de Câmara estava a ser enviada atempadamente, mesmo quando as reuniões eram realizadas com maior frequência. Considerou que esta melhoria deveria ser reconhecida pelo Senhor Vereador, acrescentando que a reduzida extensão da ordem de trabalhos também facilitava a análise dos documentos. ----------

Retomando a questão das diferenças entre os mandatos, o Senhor Presidente afirmou que a principal distinção residia na prioridade atribuída pelo atual Executivo à realização de trabalhos de manutenção, que, na sua perspetiva, tinham sido descurados durante os quatro anos anteriores. Referiu, em particular, a manutenção dos edifícios municipais e das estradas, alegando que não tinha existido investimento suficiente nessas áreas. ----------

Acrescentou que o atual Executivo poderia optar por não intervir nessas situações e deixar que os problemas se agravassem, mas que tinha decidido atuar preventivamente, de modo a evitar a degradação dos edifícios e a assegurar melhores condições de acesso às propriedades rurais.

O Senhor Presidente referiu-se, ainda, à intervenção na Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, reconhecendo que a concretização do investimento exigiu um esforço significativo e que o financiamento não estava inicialmente garantido. Afirmou ter participado nesse

processo, nomeadamente através da sua intervenção junto da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, no sentido de obter financiamento para a obra. Considerou que o trabalho desenvolvido pelas duas entidades, Município e CIMAC, foi determinante para o resultado alcançado, salientando que, sem esse apoio, a escola não teria sido concretizada nas mesmas condições. ----------

Relativamente aos compromissos assumidos pelo anterior Executivo, mencionou, a título de exemplo, a construção de três campos de padel, cujo investimento estimou em 130.000 euros. O Senhor Presidente esclareceu que nunca tinha classificado os compromissos assumidos pelo anterior Executivo como certos ou errados, considerando que, uma vez assumidos, deveriam ser cumpridos. Acrescentou que, embora pudesse optar por soluções diferentes, caso tivessem sido responsáveis pela decisão inicial, reconhecia a necessidade de dar continuidade aos compromissos existentes, referindo, a título de exemplo, os campos de padel.----------

De seguida, interveio a Senhora Vereadora Rute Belga que apresentou a sua posição relativamente aos acontecimentos recentes e ao anúncio do plano de medidas restritivas, referindo, em particular, as questões relacionadas com a Mostra de Doçaria e com o Festival FICO – Festival de Ilustração e Criatividade em Olaria. ----------

A Senhora Vereadora começou por reconhecer que compete ao Executivo em funções gerir o Município e tomar as decisões que considera adequadas, recorrendo, a esse propósito, ao ditado popular “quem sabe da tenda é o tendeiro”. ----------

Contudo, manifestou discordância quanto à forma como foi anunciada a aplicação do plano de medidas restritivas. Recordou que, na reunião de Câmara de 18 de fevereiro, durante o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente tinha informado que, em 2026, seriam suspensos vários eventos municipais.----------

Na sua opinião, a decisão já tinha sido tomada quando foi comunicada aos restantes eleitos, sem que tivesse existido uma discussão prévia sobre a matéria. Considerou que teria sido preferível apresentar o assunto em reunião de Câmara, envolvendo os vereadores em regime de não permanência na análise da situação e na procura conjunta de soluções.----------

Defendeu, assim, que a questão poderia ter sido colocada de forma diferente, através da apresentação da necessidade de implementar um plano de medidas restritivas e da auscultação dos restantes eleitos quanto às alternativas possíveis, com o objetivo de evitar a suspensão de eventos que considerou importantes para o concelho.----------

A Senhora Vereadora acrescentou que a suspensão dos eventos representava uma interrupção de tradições locais, considerando que estes assumiam importância para o concelho. Referiu que o assunto já tinha sido amplamente debatido e que as principais entidades envolvidas na organização dos eventos tinham sido ouvidas, o que considerou positivo, embora entendesse que essa auscultação deveria ter ocorrido mais cedo. Ressalvou que se tratava da sua opinião pessoal. ----------

Antes de concluir, manifestou preocupação com o estado de conservação das estradas municipais, dos caminhos e das azinhagas, reconhecendo que existia uma necessidade evidente de intervenção e reparação destas vias. ----------

Esclareceu que não pretendia defender qualquer dos anteriores eleitos, uma vez que não tinha integrado esse Executivo, mas considerou que a responsabilidade pelo estado de conservação das estradas e dos caminhos deveria ser entendida como resultado da atuação dos diferentes executivos que passaram pelo Município.

Manifestou confiança na capacidade do atual Executivo para desenvolver um bom trabalho, apelando, contudo, a que deixasse de justificar as dificuldades existentes com a atuação dos seus antecessores e se concentrasse na resolução dos problemas identificados. ----------
A Senhora Vereadora defendeu que o passado deveria ser deixado para trás, devendo os eleitos concentrar-se na procura de soluções para os problemas atuais e na definição de estratégias para o futuro. ----------
Por fim, felicitou o Município pela adesão ao programa de prescrição cultural, apresentado anteriormente pela Senhora Vereadora Ana Milhano. Referiu conhecer a implementação deste programa noutros municípios e considerou que a sua integração no concelho constituía uma iniciativa muito positiva, salientando os resultados alcançados noutros contextos. ----------
O Senhor Presidente voltou a intervir e referiu que, embora admitisse que a comunicação das medidas pudesse não ter sido feita da melhor forma, considerava importante salientar que as mesmas foram apresentadas em reunião de Câmara. Acrescentou que a integração do saldo foi submetida a votação, tendo os Senhores Vereadores tido oportunidade de se pronunciar sobre o assunto, votar contra ou apresentar propostas alternativas quanto à forma de integração do saldo, designadamente através de negociação, à semelhança do que já havia sido feito noutras situações. ----------
O Senhor Presidente considerou que os Senhores Vereadores poderiam ter solicitado esclarecimentos caso não tivessem compreendido o documento ou o processo em causa, manifestando disponibilidade para prestar os esclarecimentos necessários. Salientou que a votação sem a devida compreensão das propostas poderia conduzir a situações com consequências financeiras para o Município. ----------
Referiu que, na reunião de Câmara em causa, o procedimento tinha sido devidamente explicado e que tinham sido anunciadas algumas das medidas previstas. Acrescentou que, na sequência do voto contra a proposta de alteração modificativa ao orçamento, seria necessário proceder a ajustamentos às medidas inicialmente previstas e apresentar uma nova proposta de alteração orçamental. ----------
Informou, por fim, que esperava apresentar, na próxima reunião de Câmara, um conjunto de medidas revistas, que seriam igualmente dadas a conhecer no período de antes da ordem do dia. Reiterou que, embora considerasse que o processo tinha sido explicado de forma clara, admitia a possibilidade de melhorar a comunicação em situações futuras. ----------
O Senhor Presidente reiterou que a proposta de alteração modificativa identificava detalhadamente a forma como seria distribuído o saldo a integrar no orçamento, considerando que a documentação poderia ter sido analisada com maior atenção pelos Senhores Vereadores. ----------
Relativamente às referências ao anterior executivo, afirmou compreender a posição expressa pela Senhora Vereadora, salientando que não pretendia atribuir responsabilidades de forma sistemática. Esclareceu, contudo, que, no que respeita aos edifícios municipais e aos caminhos municipais, algumas das situações identificadas, nomeadamente os danos nas azinhagas e as infiltrações de água no Paço dos Henriques, foram agravadas pelas recentes tempestades. Acrescentou que estas situações não eram exclusivas do atual executivo, reconhecendo que também ocorreram durante mandatos anteriores. ----------
Referiu também que os problemas existentes nas estradas municipais não eram recentes, tendo-se acumulado ao longo de vários anos, pelo que considerava importante olhar para o passado numa perspetiva alargada, sem limitar a análise aos últimos dois ou três anos. Concordou com a Senhora Vereadora quanto à necessidade de privilegiar a resolução dos

problemas e de definir soluções para o futuro, apelando aos Senhores Vereadores para que permitissem ao Executivo desenvolver o seu trabalho, cuja avaliação poderia ser feita no final do mandato. ----------
Acrescentou que, na sua perspetiva, cabia à oposição acompanhar e avaliar continuamente a atuação do Executivo em regime de permanência, apresentando críticas e sugestões construtivas que pudessem contribuir para melhorar as decisões. Distinguiu, contudo, essa função de uma eventual tentativa de condicionar o trabalho do Executivo, considerando que esta última não seria benéfica. ----------
Em resposta, a Senhora Vereadora Rute Belga afirmou que não era sua intenção condicionar a atuação do Executivo. Recordou, porém, que, na reunião anteriormente referida, o Senhor Vereador Luís Duarte tinha manifestado o seu desagrado relativamente à suspensão de determinadas iniciativas, tendo utilizado a expressão "escandaloso". Acrescentou que, na ocasião, essa posição teria sido criticada sob o argumento de que o Vereador desconhecia o estado de conservação das estradas municipais. ----------
A Senhora Vereadora esclareceu que tinha existido uma manifestação de desagrado relativamente ao anúncio da suspensão da Mostra de Doçaria, do FICO e do Viana em Festa, pelo que considerava incorreto afirmar que ninguém se tinha pronunciado sobre o assunto. Clarificou, contudo, que a sua referência não dizia respeito à votação da proposta de alteração modificativa, na qual estava em causa a distribuição do saldo a integrar no orçamento. --------
Voltou ainda a intervir o Senhor Vereador Luís Duarte que referiu que, em situações futuras, documentos de maior complexidade fossem disponibilizados com condições que permitissem a sua análise e discussão adequadas, advertindo-se que, caso tal não acontecesse, poderia ser necessário retirar o ponto da ordem de trabalhos ou adiar a sua discussão. ----------
O Senhor Vereador Luís Duarte solicitou que a documentação relativa ao conjunto de medidas que o Executivo pretende apresentar fosse disponibilizada com a devida antecedência, de modo a permitir uma análise cuidada e evitar que os eleitos fossem confrontados com os documentos apenas durante a reunião, uma vez que a sua leitura prévia, em condições adequadas, permitia uma melhor compreensão dos assuntos. ----------
Relativamente à avaliação da atuação do Executivo, esclareceu que já tinha manifestado a sua posição sobre a suspensão das iniciativas, designadamente ao considerar a situação "escandalosa". Contudo, entendeu que essa apreciação tinha sido tratada como um dado adquirido, sem que tivesse existido uma discussão efetiva sobre o assunto. Considerou, por isso, que a atitude do Senhor Presidente, ao promover o diálogo e os esclarecimentos durante a reunião, correspondia à forma adequada de proceder.----------
Referiu ainda que, tal como já tinha sido salientado, o bom senso deveria existir de ambas as partes, acrescentando que as atitudes e o tom adotados por cada interveniente influenciam a reação dos restantes, pelo que considerava importante evitar situações de confronto. ---------
Esclareceu que não era sua intenção dificultar ou condicionar o trabalho do Executivo, rejeitando a ideia de que a oposição pretendesse impedir a concretização de iniciativas. Recordou que, durante os quatro anos em que exerceu funções, se dedicou intensamente ao trabalho em prol do concelho, lamentando apenas não ter conseguido fazer mais. Manifestou, por fim, o desejo de que o atual Executivo também pudesse desenvolver o seu trabalho e alcançar resultados positivos para o concelho antes do final do mandato. ----------
O Senhor Vereador reiterou que não era intenção da oposição condicionar o trabalho do Executivo, defendendo a importância do diálogo e da participação conjunta, de modo a permitir que todos os eleitos pudessem contribuir para o desenvolvimento do concelho. ------

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e deu a palavra à Senhora Vereadora Ana Milhano, que reforçou que, embora o estado de conservação dos edifícios municipais já fosse conhecido, algumas situações só se tornaram evidentes durante o período de maior pluviosidade ou quando se iniciaram trabalhos de intervenção e requalificação. Comparou a situação às obras numa habitação, em que determinados problemas apenas são detetados à medida que os trabalhos avançam.----------

A Senhora Vereadora acrescentou que, à medida que avançavam os trabalhos de intervenção e requalificação, iam sendo identificados novos problemas nos edifícios municipais. Referiu que as condições meteorológicas adversas tinham antecipado a deteção de algumas dessas situações, agravando as necessidades de intervenção e os custos inicialmente previstos. ------

Esclareceu que nem todos os problemas tinham surgido recentemente, mas que se tinha verificado um agravamento efetivo, dando como exemplo situações em que se julgava ser suficiente realizar uma pintura, mas em que, após uma análise mais aprofundada, se constatava a necessidade de trabalhos adicionais. ----------

Interveio o Senhor Vereador Rui Moisés que começou por cumprimentar o Senhor Presidente, os restantes membros do Executivo, o público presente, os técnicos do Município e todos os que acompanhariam posteriormente a gravação da reunião. ----------

De seguida, deu as boas-vindas ao novo Comandante do Posto da GNR, Sargento Sousa, que iniciou funções no concelho, manifestando o desejo de que este viesse a inaugurar as novas instalações do posto, o que significaria que a obra estaria concluída num curto espaço de tempo e que o Comandante permaneceria em funções no concelho.----------

Por fim, felicitou o Município pela distinção atribuída ao Paço dos Henriques, considerando-a uma mais-valia para o concelho e um reconhecimento merecido.----------

O Senhor Vereador agradeceu a participação e a intervenção dos munícipes na Assembleia Municipal, considerando que a forte adesão popular contribuiu para que o Executivo se mostrasse disponível para dialogar sobre os cortes nas iniciativas previstas. ----------

Referiu que, na sua perspetiva, os Vereadores da oposição não tinham tido oportunidade de ser ouvidos pelo Executivo, uma vez que as suspensões anunciadas foram apresentadas como decisões já tomadas, sem que tivesse existido uma discussão prévia ou um pedido de opinião aos eleitos, aos doceiros e aos demais interessados. ----------

Considerou, por isso, que o processo não tinha sido conduzido da melhor forma desde o início, reconhecendo, contudo, que o Executivo tinha legitimidade para tomar decisões, embora estas pudessem não corresponder aos interesses de todos os envolvidos. ----------

Acrescentou que a participação dos munícipes na Assembleia Municipal permitiu abrir espaço à negociação e ao diálogo, manifestando a expectativa de que pudesse haver uma reconsideração das decisões inicialmente anunciadas, de modo a viabilizar a realização dos eventos, conciliando-os com as intervenções e os investimentos considerados necessários para o concelho.----------

O Senhor Vereador reconheceu que, da parte da oposição, poderia ter ocorrido uma interpretação menos correta dos documentos, admitindo, igualmente, que os esclarecimentos prestados pelo Executivo não tinham sido totalmente claros.----------

A este propósito, referiu que, durante a reunião em causa, o Senhor Vice-Presidente lhe tinha transmitido que tinha contactado alguns doceiros, tendo ficado com a perceção de que também teria existido contacto com a Confraria. Contudo, esclareceu que, posteriormente, verificou que não tinha sido contactada a Presidente da Confraria nem os respetivos responsáveis, tendo o contacto ocorrido apenas com dois ou três doceiros.----------

O Senhor Vereador considerou que o processo tinha começado de forma pouco clara, manifestando, contudo, a expetativa de que fosse encontrada uma solução. ----------
Questionou ainda se o montante de 200.000,00 € previsto para as intervenções seria suficiente, tendo em conta as necessidades que lhe tinham sido transmitidas. Referiu que o Senhor Vice-Presidente tinha indicado a necessidade de afetar 60.000,00 € às piscinas municipais e 30.000,00 € à instalação de uma cortina corta-fogo. Acrescentou que o Senhor Presidente tinha mencionado, na Assembleia Municipal, a necessidade de intervenção no Condomínio das Associações, colocando a questão de saber se o Município pretendia realizar obras num imóvel que não lhe pertence ou se, previamente, iria renegociar o respetivo contrato.----------
Considerou que a rejeição da proposta de alteração modificativa poderia levar o Executivo a redistribuir os montantes previstos, ajustando-os às necessidades identificadas no concelho.
Por fim, questionou se as medidas de contenção previstas iriam abranger os apoios às associações, salientando o papel destas enquanto parceiras fundamentais na dinamização cultural do concelho. ----------
O Senhor Vereador Rui Moisés voltou a salientar a necessidade de intervenção nos caminhos municipais, considerando que a verba de 200.000,00 € prevista para esse efeito seria insuficiente, tendo em conta as necessidades de recuperação existentes e a aproximação da época de incêndios, que exige igualmente a limpeza e o corte da vegetação nas bermas. ------
Referiu ainda que o orçamento tinha sido aprovado contemplando a realização de eventos que o Executivo decidiu posteriormente suspender, considerando que essa decisão justificava também a possibilidade de rever outras opções orçamentais. ----------
Por fim, questionou se, na sequência da rejeição da proposta de alteração modificativa, o Executivo teria de apresentar uma nova proposta, ajustada às circunstâncias e às necessidades identificadas. ----------
O Senhor Vereador considerou que a apresentação de uma nova proposta permitiria mais tempo para analisar e discutir as medidas previstas, bem como para ouvir os interessados e esclarecer se os eventos inicialmente anunciados como suspensos se iriam ou não realizar.---
Recordou que, antes da votação na Assembleia Municipal, tinha sido colocada diretamente ao Senhor Presidente a questão sobre a realização dos eventos, não tendo sido obtida uma resposta conclusiva, uma vez que este se limitou a referir que iria negociar e falar com os interessados. Concluiu que, até serem prestados novos esclarecimentos, a situação permanecia por definir.----------
De seguida, questionou o Executivo sobre os campos de padel, referindo que dois já se encontravam construídos e se já existia uma data prevista para a abertura dos dois campos de padel construídos e se estes já reuniam condições para entrar em funcionamento. ----------
Para concluir a sua intervenção, chamou a atenção para uma situação na Rua de Vila Nova, junto à Creche, numa zona recentemente intervencionada. Explicou que, no topo da rua, do lado esquerdo no sentido ascendente, existe uma vala de drenagem de águas pluviais que conduz a um sumidouro. Referiu que terá sido colocada uma estrutura de betão que estará a obstruir a vala, impedindo o escoamento adequado da água e provocando a sua acumulação na via pública. ----------
Por fim, manifestou desconhecer quem teria realizado essa intervenção, nomeadamente se teria sido da iniciativa de um particular ou de outra entidade, solicitando a verificação da situação. ----------

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Vereador e contestou a afirmação de que os Vereadores da oposição não tinham tido oportunidade de ser ouvidos. Referiu que as reuniões de Câmara se realizavam semanalmente e que, tanto no período de antes da ordem do dia como aquando da apresentação da proposta de alteração modificativa, existiam oportunidades para discutir o assunto e procurar alcançar um entendimento. ----------
O Senhor Presidente reforçou que não correspondia à realidade afirmar que os Vereadores da oposição não tinham tido oportunidade de se pronunciar, uma vez que as reuniões de Câmara se realizavam semanalmente e o assunto tinha sido apresentado e abordado no período de antes da ordem do dia. ----------
Acrescentou que estava disponível para prestar esclarecimentos e ajudar na interpretação dos documentos, caso subsistissem dúvidas, incentivando os Vereadores a colocarem as questões necessárias. Reafirmou, assim, que tinham existido oportunidades para discutir o assunto e que o Executivo se encontrava disponível para o diálogo.----------
O Senhor Presidente referiu que, caso os Vereadores da oposição não concordassem com a proposta de alteração modificativa, poderiam ter procurado alcançar um entendimento nessa fase, acrescentando que essa possibilidade se mantinha para a próxima proposta.----------
Relativamente ao Condomínio das Associações, esclareceu que o contrato terminava no final do ano, sendo necessário proceder à sua revisão. Informou que já tinha tido uma primeira conversa com o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia, prevendo agendar uma nova reunião para analisar os termos de uma eventual renovação do contrato. ----------
Acrescentou que, da parte do Município, existia a intenção de avaliar a possibilidade de alargar o prazo do contrato de comodato, proporcionando às associações maior estabilidade e segurança na manutenção dos espaços que utilizam. Ressalvou, contudo, que qualquer solução dependeria também do acordo da Santa Casa da Misericórdia. ----------
O Senhor Presidente considerou importante prolongar o prazo do contrato de comodato relativo ao Condomínio das Associações, de modo a garantir maior segurança aos investimentos que venham a ser realizados nos espaços, evitando que estes possam ficar comprometidos com o termo do contrato. Reiterou, contudo, que a renovação e o eventual alargamento do prazo dependeriam da concordância da Santa Casa da Misericórdia, manifestando a intenção do Município de manter o acordo.----------
Relativamente à realização dos eventos, o Senhor Presidente esclareceu que, na sequência da votação na Assembleia Municipal e das posições aí assumidas pelos eleitos da CDU e do CHEGA, o Executivo teria de assegurar a realização das iniciativas inicialmente previstas, incluindo a Mostra de Doçaria. Referiu que essa decisão correspondia ao entendimento manifestado na Assembleia Municipal e que o compromisso de realização do evento seria cumprido, embora o Executivo tivesse inicialmente pretendido adotar uma solução diferente.
O Senhor Presidente acrescentou que tinha assumido o compromisso de reunir com a Confraria e com as doceiras, com o objetivo de recolher as suas opiniões e contributos para a definição do formato da Mostra de Doçaria, aproveitando a revisão da iniciativa para encontrar uma solução adequada para o futuro. ----------
Rejeitou a ideia de que a sua posição não tivesse sido clara, afirmando que, na Assembleia Municipal, tinha assumido expressamente esse compromisso, perante os eleitos e os munícipes presentes. Reconheceu, igualmente, a importância da participação popular registada nessa sessão. ----------
O Senhor Presidente esclareceu que o Executivo pretendia ainda concretizar, durante o corrente ano, uma reflexão sobre os apoios concedidos às associações. Referiu, contudo, que

os apoios atribuídos ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais manter-se-iam, uma vez que o Município teria de cumprir as disposições regulamentares aplicáveis.----------
Acrescentou que o Executivo gostaria de introduzir critérios de avaliação que valorizassem o trabalho desenvolvido pelas associações e os resultados alcançados em benefício do Concelho, considerando importante que o mérito tivesse um papel na apreciação dos apoios, sem prejuízo do cumprimento do regulamento em vigor. ----------
Relativamente à verba de 200.000,00 € prevista no Plano de Atividades Municipais (PAM), considerou que esta seria ainda mais limitada caso fosse necessário assegurar a realização dos eventos inicialmente previstos para suspensão. Salientou que não seria fácil reduzir os custos associados à organização das iniciativas, destacando as despesas com o aluguer de tendas como uma das componentes mais significativas do orçamento.----------
O Senhor Presidente referiu que o Executivo já tinha procedido a reduções significativas nas despesas previstas para os eventos municipais, salientando que os cortes efetuados ultrapassavam os 20% que tinham sido mencionados.----------
A título de exemplo, indicou que o orçamento da Feira de Aires tinha sido reduzido de 422.000,00 € para cerca de 318.000,00 €, o da Feira do Chocalho de 157.000,00 € para 149.000,00 €, e o das comemorações do 25 de Abril de 16.000,00 € para 13.000,00 €. Referiu ainda que a despesa prevista para a Festa da Primavera tinha passado de 95.000,00 € para 91.000,00 €.----------
Por fim, informou que, relativamente à Mostra de Doçaria e ao FICO, seria necessário avaliar os montantes a inscrever no orçamento, tendo em conta as limitações financeiras existentes
O Senhor Presidente esclareceu que, caso fosse decidido voltar a inscrever verbas para a realização da Mostra de Doçaria e do FICO, os montantes teriam de ser superiores a zero, uma vez que essas rubricas tinham sido anuladas na proposta inicial. Salientou que os cortes efetuados, designadamente na Feira de Aires, tinham sido superiores a 100.000,00 €.----------
Relativamente à Feira de Aires, manifestou dúvidas quanto à possibilidade de assegurar, com o orçamento reduzido para 318.000,00 €, um evento com a qualidade que este merece, não podendo, por isso, garantir a sua realização nesses moldes. Acrescentou que esperava não ser necessário reforçar a verba posteriormente. ----------
Quanto aos campos de padel, informou que ainda era necessário concluir a elaboração de um regulamento ou protocolo para definir a sua atribuição e gestão pelos clubes, uma vez que ainda não tinha sido formalizada a participação das entidades de Alcáçovas, Aguiar e Viana do Alentejo. Referiu, por fim, que subsistia uma intervenção de regularização do piso, que esperava poder ser realizada pela equipa responsável logo que as condições meteorológicas melhorassem, salientando tratar-se de um trabalho de curta duração. ----------
O Senhor Presidente esclareceu que a questão da eletricidade nos campos de padel já se encontrava resolvida, subsistindo apenas a necessidade de regularizar o piso, de modo a corrigir algumas irregularidades e garantir o seu nivelamento, bem como de estabelecer um protocolo com os clubes para a respetiva utilização e gestão. ----------
Referiu que o regulamento ainda se encontrava em elaboração pelos serviços, não estando concluído, mas que esperava apresentar uma proposta com a maior brevidade possível, comprometendo-se a dar conhecimento do assunto logo que existissem desenvolvimentos.--
Relativamente à situação do escoamento de águas na Rua de Vila Nova, esclareceu que a obra tinha sido realizada durante um anterior mandato, não dispondo, naquele momento, de informação suficiente para esclarecer as opções técnicas então adotadas. No entanto,

reconheceu que o reduzido diâmetro das manilhas condicionava o escoamento da água para a via pública. Considerou, por isso, que seria necessário avaliar a solução mais adequada, nomeadamente a remoção da estrutura existente ou a instalação de uma manilha de maior diâmetro. ----------

O Senhor Presidente acrescentou que a decisão relativa à solução técnica adotada na obra teria sido tomada por responsáveis do anterior Executivo. ----------

Verificou-se novamente a intervenção do Senhor Vereador Luís Duarte que referiu acreditar que, no corrente ano, será possível realizar as iniciativas municipais com custos inferiores, nomeadamente no que respeita ao aluguer de tendas e à contratação de espetáculos. Considerou que, em anos eleitorais, os municípios tendem a suportar custos mais elevados nestas áreas, manifestando confiança na possibilidade de negociar valores mais reduzidos. ---

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e concordou que, em anos eleitorais, os eventos municipais tendem a ter maior dimensão nos últimos anos dos mandatos, referindo que o Executivo poderia ter adotado opções diferentes. ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente deu por encerrado o período de antes da ordem do dia. ----------

Entrou-se na Ordem de Trabalhos: ----------

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata em minuta, no final da reunião. ----------

Ponto dois) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara - No âmbito do segundo ponto da ordem de trabalhos, relativo à informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, o Senhor Vereador Luís Duarte questionou o Senhor Presidente sobre a reunião da AMCAL - Associação de Municípios do Alentejo Central e o cancelamento da iniciativa "Alentejo Encantado". ----------

Referiu ter entendido que o Município de Viana do Alentejo iria manter a sua contribuição financeira para a AMCAL nos mesmos termos do ano anterior, questionando, por isso, as razões que justificaram o cancelamento da iniciativa, uma vez que, segundo afirmou, os respetivos custos estariam incluídos nas verbas habitualmente suportadas pelo Município. ---

Questionou ainda o estado de uma candidatura mencionada na documentação da reunião da AMCAL, pretendendo saber se a mesma já tinha sido aprovada. ----------

O Senhor Presidente esclareceu que, relativamente à AMCAL, a questão não se prendia com a manutenção das contribuições financeiras dos municípios, mas com a forma como essas verbas eram aplicadas. ----------

Referiu reconhecer que a AMCAL também desenvolve competências na área cultural, compreendendo, por isso, o investimento nessa vertente. Contudo, considerou que, face às atuais dificuldades na gestão dos resíduos, esta deveria constituir uma prioridade da associação. ----------

Nesse sentido, defendeu que, mantendo-se as contribuições dos municípios, deveria procurar-se reforçar o investimento na área dos resíduos, propondo que as verbas anteriormente destinadas à iniciativa "Alentejo Encantado" fossem canalizadas para esse fim ou para responder a necessidades urgentes dos municípios. ----------

Informou ainda que o assunto seria objeto de discussão numa reunião posterior, tendo em vista definir as medidas a concretizar. Como possibilidade, apontou a afetação de cerca de 150.000,00 €, ou um valor ligeiramente superior, à aquisição de viaturas ou equipamentos de utilização intermunicipal, a distribuir equitativamente pelos cinco municípios. ----------

Relativamente à candidatura mencionada, o Senhor Presidente começou por referir uma candidatura anteriormente aprovada no âmbito do Alentejo 2030, destinada à aquisição de uma prensa, no valor de 500.000,00 €, de um empilhador, no valor de 60.000,00 €, e de equipamentos multifunções, no valor de 140.000,00 €. ----------

Após esclarecimento do Senhor Vereador de que se referia à candidatura "Alentejo e Ribatejo" — Eventos 2026», relativa à iniciativa "Alentejo Encantado", o Senhor Presidente explicou que a mesma destinava-se a obter financiamento através do programa Portugal Eventos para a realização daquela iniciativa. ----------

Acrescentou que, tendo sido decidido não avançar com o "Alentejo Encantado", a candidatura ao Portugal Eventos deixou de fazer sentido, esclarecendo que a sua apresentação não significava que viesse necessariamente a ser aprovada. ----------

Não havendo mais questões, a Câmara tomou então conhecimento da Atividade da Câmara relativa ao período compreendido entre 18 de 24 de fevereiro de 2026. ----------

•**No dia 19 de fevereiro**, o Senhor Presidente reuniu com o Sargento Sousa, o novo Comandante do Posto Territorial da GNR – Guarda Nacional Republicana de Viana do Alentejo. Esta reunião teve como principal objetivo apresentar cumprimentos e manifestar a disponibilidade da Câmara Municipal em colaborar, procurando fomentar a proximidade e reforço das relações institucionais com as forças de segurança do Concelho. ----------

•**No dia 20 de fevereiro**, o Senhor Presidente fez atendimentos a munícipes. ----------

•**Também no dia 20 de fevereiro**, o Senhor Presidente e a Chefe do seu Gabinete reuniram com o Presidente do Conselho de Administração da ULSAC – Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, Dr. Carlos Mateus Gomes, a Diretora Clínica para a Área dos Cuidados de Saúde Primários da ULSAC – Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, Dra. Maria Helena Gonçalves, e a Assessora do Conselho de Administração da ULSAC – Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, Dra. Paula Correia, no Hospital do Espírito Santo, em Évora. Nesta reunião foram abordados vários temas relacionados com a Saúde, tendo o Senhor Presidente destacado: utentes sem médico de família, após a saída da Dra. Joana Brito – o Conselho de Administração da ULSAC – Unidade Local de Saúde do Alentejo Central transmitiu que está a contactar alguns médicos para verificar a disponibilidade de prestarem serviços em Viana do Alentejo. ----------

•**Ainda no dia 20 de fevereiro** foi apresentada, no Posto de Depuração das Ostras, em Gaio/Rosário, na Moita, a 24.ª edição da Romaria a Cavalo Moita – Viana do Alentejo, que irá decorrer entre os dias 21 e 26 de abril. Na conferência de imprensa estiveram presentes os representantes da Comissão Organizadora, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, Luís Metrogos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Moita, Carlos Albino, o responsável pela AEVA – Associação Equestre de Viana. ----------

do Alentejo, Luís Baltazar, e o responsável pela ARTM – Associação de Romeiros da Tradição Moitense.----------

•**No dia 21 de fevereiro**, o Senhor Presidente esteve presente nas comemorações do 48.º aniversário do Grupo Coral e Etnográfico Viana do Alentejo, no Cineteatro Vianense. ----------

•**Também no dia 21 de fevereiro**, a Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e o Adjunto do Senhor Presidente estiveram presentes na Palestra Crianças e Jovens em Risco – Contexto / Procedimentos Legais / Intervenção / Entidades de Apoio, no Auditório Tomaz Ribas, no Paço dos Henriques, em Alcáçovas. Esta iniciativa foi promovida pela ACRA – Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense, com o apoio de várias entidades, nomeadamente o Município de Viana do Alentejo.----------

• **Ainda no dia 21 de fevereiro**, a Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e o Adjunto do Senhor Presidente estiveram presentes na entrega de prémios na 5.ª prova do XXVII Critério de Corta Mato Paulo Guerra, em Alcáçovas. O Senhor Presidente informou que se trata de um evento desportivo promovido pela CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, que consiste numa série de provas de atletismo que decorrem em várias localidades do Alentejo. ----------

• **Também no dia 21 de fevereiro**, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e o Adjunto do Senhor Presidente participaram nas comemorações do 1.º aniversário da Oficina Rua do Relógio, em Alcáçovas, a convite desta. ----------

•**No dia 23 de fevereiro** decorreu a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Viana do Alentejo. ----------

• **No dia 24 de fevereiro**, o Senhor Presidente participou na reunião mensal do Conselho Diretivo da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, na Câmara Municipal de Alvito. ----------

Ponto três) Proposta de não exercício do Direito de Preferência relativamente à venda do imóvel sito na Rua 1º de Maio, n.ºs 4 e 6, em Alcáçovas - A Câmara deliberou, por unanimidade, não exercer o direito legal de preferência na alienação do imóvel sito na Rua 1.º de Maio, n.ºs 4 e 6, em Alcáçovas, pelo valor de 279.129,50€ (duzentos e setenta e nove mil, cento e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos), comunicada através da plataforma Casa Pronta, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho. ----------

Ponto quatro) Proposta de não exercício do Direito de Preferência relativamente à venda do imóvel sito na Rua Tomás Ribas, n.º 8, Loteamento Chão do Mocho, em Alcáçovas- A Câmara Municipal de Viana do Alentejo deliberou, por unanimidade, não exercer o direito legal de preferência na alienação do imóvel sito na Rua Tomás Ribas, n.º 8, Loteamento Chão do Mocho, em Alcáçovas, pelo valor de 235.000,00€ (duzentos e trinta e cinco mil euros), comunicada através da plataforma Casa Pronta, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho. ----------

Não se tendo registado quaisquer intervenções, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às quinze horas e vinte minutos, tendo a minuta da presente ata sido aprovada, por unanimidade, no final da reunião. ----------

Eu, , Assistente Técnica, a subscrevi.

O Presidente

Os Vereadores